



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

## COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 70/2015

**AUTORIA** – Poder Executivo

**ASSUNTO** – Altera dispositivos da Lei Municipal nº 090/2014, e dá outras providências.

### TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 70/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 090/2014, e dá outras providências.

Esta alteração se faz necessária, dado que o Lote 03 da Quadra 10, com área de 300 m², do Lot. Solar da Toscana, que está descrito na letra "b" do inciso I do Art. 1º da Lei 90/2014, já tinha sido objeto de permuta através da lei nº 048/2013.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 16 de junho de 2015.

Antônio Ananias  
**PRÉSIDENTE**

Gilberto Cordeiro de Lima  
**SECRETÁRIO**

Aurita Ferreira Bertoli  
**RELATORA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | [www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

## COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTE, URBANISMO E HABITAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 70/2015

AUTORIA – Poder Executivo

ASSUNTO – Altera dispositivos da Lei Municipal nº 090/2014, e dá outras providências.

### TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 70/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 090/2014, e dá outras providências.

Esta alteração se faz necessária, dado que o Lote 03 da Quadra 10, com área de 300 m<sup>2</sup>, do Lot. Solar da Toscana, que está descrito na letra “b” do inciso I do Art. 1º da Lei 90/2014, já tinha sido objeto de permuta através da lei nº 048/2013.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 16 de junho de 2015.

Luiz Cordeiro Magalhães Filho  
**PRESIDENTE**

Telma Elizabeth Lemos Reis  
**SECRETÁRIA**

Alcides Ramos Júnior  
**RELATOR**